


EXCELENTÍSSIMO SENHOR PATRIK ALVES, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA

LICITAÇÃO – EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA	
DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
Protocolo nº	174
Horário:	14:22
Contenda/PR	25/05/2020
	
PROTOCOLISTA	

A empresa **TESE TECNOLOGIA, ARQUITETURA E CULTURA**, CNPJ/MF nº 79.980.413/0001-30, com endereço na Rua México, 1194, Jardim Social, Curitiba, PR, CEP 82.520-190, por sua Diretora e responsável legal **Mirna Luiza Cortopassi Lobo**, CPF 045.626.236-91, domiciliada a Rua Belém, 94, apto 141, Cabral, Curitiba, PR, CEP 80.035-170, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, ante a decisão da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, comunicada à licitante recorrente aos 18 dias do mês de maio de 2020, que **inabilitou a empresa ora recorrente**, com fulcro no art. 109-I-a da Lei 8.666/93 INTERPOR

RECURSO ADMINISTRATIVO

Com o objetivo de reformar da decisão que inabilitou a licitante recorrente, o que se faz por meio do recurso cabível (art. 109-I-a da Lei 8.666/93 c/c item 18 do Edital de Concorrência 002/2020) e dentro do prazo legal de 5 (cinco) dias, admitida a reconsideração por parte desta Comissão de Licitação, na forma do art. 109-§4º da Lei 8.666/93, o que desde logo se requer.

ESCOPO DO RECURSO

1) DA INABILITAÇÃO

A LICITANTE, ora RECORRENTE, foi inabilitada para o certame do Edital de Licitação em epígrafe, conforme decisão proferida na Reunião de Recebimento dos Envelopes, realizada em 18 de maio de 2020, na qual a Comissão de Licitação assim se pronunciou:

Empresas inabilitadas por não atender às exigências do Instrumento Convocatório (edital), pelos motivos descritos, são:

- Empresa TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP (...) foi declarada inabilitada por não atender às exigências do Instrumento Convocatório (edital), por apresentar a “Certidão negativa de Falência” solicitada no item 10.2.4.3 do edital emitida no dia 18/03/2020, com 61 (sessenta e um) dias na data de recebimento dos envelopes, estando assim fora do prazo de validade constante do item 9.2 do edital que dispõe: **“Quando o prazo de validade não estiver expreso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 60 (sessenta) dias da data limite para o recebimento das propostas, (...)”**. Assim fica inabilitada a empresa TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA – EPP (...).

Assim, está colocado o **único fundamento jurídico** que embasa a inabilitação da empresa ora recorrente. Contudo, o entendimento da Comissão de Licitação merece ser reconsiderado ou, caso não seja esse o entendimento dos doutos membros da Comissão, reformado pela autoridade superior.

DAS RAZÕES RECURSAIS

2) DA INDEVIDA INABILITAÇÃO

A empresa recorrente foi inabilitada em razão do alegado vencimento da Certidão negativa de falência, emitida em 18 de março de 2020, e que tem a validade estipulada, nos termos do item 9.2 do edital, por 60 (sessenta) dias.

Assim, pelo cálculo de 60 (sessenta) dias, o termo **final** da validade da referida certidão seria o dia **17 de maio de 2020**, uma vez que o mês de março tem 31 (trinta e um) dias.

Ocorre que o dia 17 de maio de 2020 foi um domingo, razão pela qual a data final da validade **deve ser protraída** para o dia útil subsequente, i.e., dia 18 de maio de 2020, tornando válida a referida certidão.

É o que se extrai do art. 110-par. único da Lei 8.666/93:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. **Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.**

Portanto, a certidão emitida pela empresa licitante **mantém sua validade no dia seguinte ao término do prazo, uma vez que o término se deu em um domingo.**

A mesma interpretação decorre do art. 132-§1º do C. Civil:

Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

§ 1º Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

Assim sendo, vigente a certidão por 60 (sessenta) dias, a validade dela será prorrogada até o primeiro dia útil subsequente ao do termo final da vigência, quando este cair em um dia não útil, ou em dia em que não haja expediente no órgão licitante.

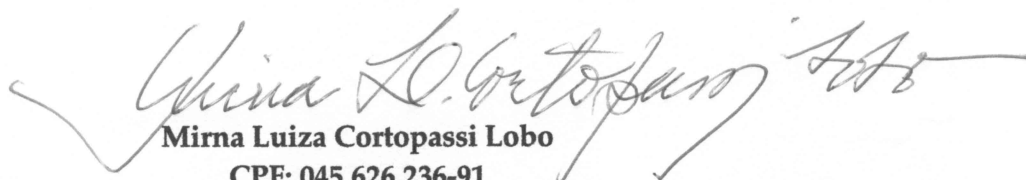
Caso Vossas Excelências entendam que a contagem deva ser retroativa, a contar da data do certame licitatório, dia 18 de maio de 2020, a conclusão não será diferente.

Afinal, nos termos do art. 110-par.único da Lei 8.666/93, e também do art. 224-§3º, a contagem regressiva do prazo **só terá início no primeiro dia útil** que anteceder ao termo *a quo*, ou seja, o dia 15 de maio de 2020, primeiro dia útil antes do dia 18 de maio de 2020.

A partir do dia 15 de maio de 2020, este dia inclusive, contam-se 60 (sessenta) dias para trás, chegando-se ao dia **17 de março de 2020** como data limite para a emissão da certidão, para que tenha validade até o dia 18 de maio de 2020. Assim sendo, emitida a certidão pela licitante recorrente em 18 de março de 2020, conforme relatório da Comissão de Licitação, o documento **ostenta validade para fins de habilitação da empresa no dia 18 de maio de 2020.**

Pelas razões expostas, requer seja atribuído ao presente recurso o efeito suspensivo que decorre da previsão legal, bem como seja **reconsiderada** a decisão da Comissão de Licitação, para declarar HABILITADA a empresa recorrente, ou, sucessivamente, seja o feito remetido à autoridade superior para que seja reformada a decisão da Comissão de Licitação e declarar HABILITADA a empresa recorrente.

Curitiba, 22 de maio de 2020



Mirna Luiza Cortopassi Lobo
CPF: 045.626.236-91
Diretora/Responsável Legal